

Parecer nº 174/98

Data: 1998.12.16

Processo nº 501

Requerente: Câmara Municipal de Celorico de Basto.

I - O Pedido

O Presidente da Câmara Municipal de Celorico de Basto, invocando o nº 2 do artigo 15º da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, solicita-nos parecer sobre a atendibilidade – face a dúvidas surgidas - de requerimento apresentado por um opositor a um concurso de pessoal visando obter certidão da prova de conhecimentos prestada por outro concorrente.

II – O Direito

1. Dispõe o nº 2 do artigo 15º da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, conhecida por Lei de Acesso aos Documentos Administrativos ou pela sigla LADA, que, quando a Administração tenha dúvidas sobre a possibilidade de revelação de documento cujo acesso lhe tenha sido requerido, pode solicitar parecer da CADA.

Cumpre, pois, emitir o pedido parecer.

2. O Decreto-Lei nº 204/98, de 11 de Julho, que estabelece o regime geral dos concursos como meio de recrutamento e selecção de pessoal para os quadros da Administração Pública, dispõe no nº 1 do seu artigo 19º poderem ser nesses concursos utilizadas, com carácter eliminatório, provas de conhecimentos, as quais, segundo o nº 1 do seu artigo 20º, visam avaliar os níveis de conhecimentos académicos e profissionais dos candidatos exigíveis e adequados ao exercício de determinada função.

Como determina o nº 2 do citado artigo 20º, essas provas obedecem ao programa aprovado, podendo avaliar conhecimentos gerais ou específicos, assumir a forma escrita ou oral, e revestir natureza teórica ou prática.

3. A entidade requerente não especifica qual a forma usada na prova de conhecimentos cuja certidão é requerida. Todavia o facto de o interessado ter pedido certidão dela permite assentar na premissa de que se trata de prova reduzida a escrito: ou porque foi prestada por escrito ou porque, tendo sido prestada oralmente, dela foi feito e conservado registo.
4. Também não fornece a entidade requerente elementos que nos permitam apurar o conteúdo específico dessa prova; mas é de presumir que, conforme determinam os citados preceitos, ela haja incidido sobre conhecimentos académicos e profissionais, gerais e/ou específicos, exigíveis e adequados ao exercício de determinada função pública.
5. O nº 2 do artigo 5º do citado Decreto-Lei nº 204/98 garante aos interessados direito ao recurso, garantia que é explicitada e regulada nos artigos 43º e seguintes do mesmo diploma. Aliás, esse direito, para além de, no aspecto contencioso, já vir consagrado na Constituição desde a sua redacção original – artigo 269º, nº 2, hoje artigo 268º, nº 4 - e na LEPTA (Decreto-Lei nº 267/85, de 16 de Julho – artigo 25º), está desde 1992 reconhecido e regulado, no domínio da impugnação administrativa (por alguns autores também chamada graciosa), no Código de Procedimento Administrativo (cfr., designadamente, os seus artigos 158º e seguintes).
6. É precisamente para tornar efectivo esse direito ao recurso ⁽¹⁾ que o artigo 16º do citado Decreto-Lei nº 204/98 garante aos interessados direito de acesso, nos termos da lei, às actas e aos documentos em que assentam as

¹ Embora também, em não menor medida, para assegurar quanto possível o princípio da transparência administrativa, consagrado nos nºs 1 e 2 do citado artigo 268º da Constituição através do reconhecimento do direito de acesso aos arquivos e registos administrativos.

deliberações do júri, determinando ainda que as correspondentes certidões ou reproduções autenticadas devem ser passadas no prazo de três dias a contar da data da entrada do requerimento.

Na verdade, desde logo, para fundamentar convenientemente tal recurso, que pode ter por base qualquer ilegalidade, o funcionário impugnante pode ter necessidade de conhecer as provas de conhecimentos dos seus opositores (para além das suas próprias), em que o júri assentou, total ou parcialmente, a sua deliberação, a fim de poder estabelecer parâmetros de comparação.

Aliás, foi porque violava esses princípios e preceitos constitucionais ⁽²⁾ que a norma do nº 4 do artigo 9º do Decreto-Lei nº 498/88, de 30 de Dezembro (diploma que regulou os concursos em questão até à entrada em vigor do Decreto-Lei nº 204/98), foi declarada inconstitucional, com força obrigatória geral, pelo Acórdão do Tribunal Constitucional nº 394/93, publicado no Diário da República, I série, de 29.09.1993.

7. Ora o requerente da certidão da questionada prova de conhecimentos preenche obviamente aquele requisito de “interessado”, como concorrente que é no concurso em que essa prova foi prestada por um outro candidato. E a deliberação do júri tinha, por força da lei, como vimos, de assentar (e não importa se exclusivamente ou não) nessa prova de conhecimentos.

Por outro lado, àquela expressão “nos termos da lei” não deve ser atribuída qualquer intenção restritiva mas sim a de remeter para a legislação geral em vigor sobre a matéria as questões formais do acesso não contempladas no diploma (por exemplo o uso de outras vias, como a consulta *in loco*, e os custos das certidões e reproduções).

² *Na medida em que restringia o acesso dos interessados, em caso de recurso, à parte das actas em que se definiam os factores de apreciação aplicáveis a todos os candidatos e, bem assim, àquela em que eram directamente apreciados*

Leis gerais sobre a matéria são, sem dúvida, o Código de Procedimento Administrativo (CPA) e a acima referida LADA, alterada pela Lei nº 8/95, de 29 de Março, e regulada pelo Decreto-Lei nº 134/94, de 20 de Maio, e pelo Despacho Conjunto da Presidência do Conselho de Ministros e do Ministério das Finanças nº 280/97, de 7 de Agosto, publicado na 2ª série do Diário da República nº 200, de 30 de Agosto de 1987.

Porém, essa legislação geral não colide, antes inteiramente se concilia, com o citado artigo 16º do Decreto-Lei nº 204/98, salvo quanto ao prazo para a resposta da Administração, que naquela é de dez dias (cfr. artigos 63º, nº 1, do CPA e 15º, nº 1 da LADA) e neste se fixa em três dias e que, como lei especial e aliás posterior, se deve aplicar no caso.

8. Mesmo que uma tal prova de conhecimentos académicos e profissionais possa conter dados pessoais, isto é, informações merecedoras de alguma reserva sobre a personalidade do seu autor, isso não constitui obstáculo à emissão da certidão, pois o acima salientado direito do requerente-concorrente - assente na lei e num manifesto e relevante interesse directo, pessoal e legítimo - em aceder ao respectivo texto sobreleva (como esta Comissão reconhece sem hesitação) o da reserva dessa eventual parcela (provavelmente não muito além de fronteiriça) da intimidade do seu autor [cfr. artigos 268º, nº 1, da Constituição, 61º a 65º do CPA e 4º, nºs 1, alíneas *b*) e *c*), 7º, nº 2, e 8º da LADA].
9. Finalmente o facto de a prova de conhecimentos em apreço ser um documento não directamente produzido pela Administração enquanto tal, não permite que ele seja excluído do âmbito de compreensão do conceito de “documento administrativo”, definido pelo artigo 3º da LADA como documento que tenha origem ou **seja detido** pela Administração.

III –CONCLUSÃO

Pelo exposto a CADA emite parecer no sentido de que a Câmara Municipal de Celorico de Basto deve passar a pedida certidão no prazo de três dias e entregá-la sem demora ao requerente, que ficará sujeito à obrigação de não utilizar os dados pessoais, porventura dela constantes, para fins diversos dos que determinaram o acesso.

Comunique-se.

Aprovada em sessão da CADA de 16 de Dezembro de 1998

Castro Martins (Presidente) - *José Magalhães* - *Silva Marques* - *Narana Coissoró* - *João Figueiredo* - *Vasco Almeida* - *Francisco de Brito* - *José Renato Gonçalves* - *Branca do Amaral*